



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Ex.^a. Senhora Presidente da Comissão
Parlamentar de Cultura, Comunicação,
Juventude e Desporto,

Deputada Edite Estrela

S. Bento, 14 de fevereiro de 2018

Assunto: Audição do Ministro da Cultura sobre a situação do serviço público e das entidades artísticas que o prestam face ao atraso no concurso para financiamentos plurianuais da DGArtes

A reformulação do modelo de apoio às artes está a ser um processo incompreensivelmente longo, que já resultou na estagnação do panorama artístico nacional em 2017 e que continuará a deixar na paralisia, com custos irremediáveis para o país, as várias estruturas artísticas que prestam serviço público nesta área. Esta situação deverá manter-se pelo menos até junho de 2018, um ano e meio depois da suspensão dos concursos de apoio às artes.

Vezes de mais estas reformulações têm servido para não cumprir os calendários legais e vezes de mais têm sido usadas para legitimar politicamente a interrupção do apoio às artes.

Em junho de 2016, começou a circular entre as estruturas artísticas a notícia de que o recém-nomeado Secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, pretendia cancelar os concursos plurianuais de apoio às artes; concursos que deveriam ser lançados nesse mesmo ano de acordo com o Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado às Artes em vigor na altura, o Decreto-Lei n.º 196/2008 de 13 de novembro, que definia no seu Capítulo II a periodicidade da abertura de concursos para atribuição de apoios.

O ministério decidiria, assim, ignorar a lei.

À data, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda confrontou o governo e procurou confirmar as intenções de congelamento dos concursos. Passados dois meses, o Governo enviou uma resposta que nada dizia sobre a abertura dos concursos referidos.

Foi somente em setembro de 2016, altura em que os concursos deviam abrir, que, numa entrevista ao jornal Público, o Secretário de Estado anunciou o seu plano: a suspensão dos concursos plurianuais de 2017 e o prolongamento dos contratos em vigor por mais um ano; a justificação era a necessidade de reformulação do modelo de apoio às artes.

Assim, em 2017 não se atualizaram nem reforçaram as verbas anteriores, não se repuseram os cortes do governo PSD/CDS e não se abriu possibilidade a outros projetos e entidades artísticas de concorrer a financiamento, o que é injusto e vai contra o estipulado na lei.

Sobre a reformulação do modelo de apoio às artes, segundo a referida entrevista, a intenção era a seguinte: *“que este processo esteja concluído até maio de 2017 e que, no início do segundo semestre de 2017, se iniciem os processos concursais que decorram deste novo modelo, com efeitos a partir de janeiro 2018”*. Hoje sabemos que tal não se concretizou, mas não sabemos porquê. Na mesma entrevista o Secretário de Estado referiu ainda que desburocratizar o processo do novo modelo era um dos objetivos da reformulação. Hoje, é público que tal não se concretizou - a prorrogação do prazo para entrega de candidaturas, informada em finais de novembro de 2017, comprova-o - mas não foi avançada qualquer justificação.

Três meses depois da entrevista, em dezembro, as intenções do governo foram comunicadas oficialmente, por e-mail, às estruturas. A auscultação das suas opiniões quanto ao novo modelo demorou todo o primeiro semestre de 2017 e terminado o processo, foi anunciado pela Secretaria de Estado da Cultura que os concursos iriam abrir na segunda quinzena de setembro, o que não se veio a realizar, novamente, sem qualquer justificação.

O decreto de lei que estabelece o novo regime apenas foi publicado a 24 de agosto e só a 16 de outubro, depois do período de consulta pública, se publica o regulamento do programa de apoio e o regulamento relativo aos júris. O resultado foi que só em finais de outubro, dias 24 e 25, abriram, finalmente, os concursos para os apoios plurianuais.

Assim, quem decide ir a concurso em finais de outubro sabe que não vai ter financiamento disponível no início de 2018, apesar de ser obrigado a apresentar um calendário de

atividades para essa altura, repetindo-se o contrassenso de outros anos. A negligência é tal que no momento de apresentação de candidaturas as estruturas não sabem quando vão sair os resultados; uma vez que, ao contrário do disposto no anterior regime, deixou de ser obrigatório dar informação sobre essas datas no momento do lançamento do concurso.

O insucesso deste processo vem somar-se a uma década que fustigou fortemente o serviço público. Se somarmos os cortes do anterior governo do PSD/CDS e do precedente governo de PS, o financiamento às artes diminuiu para quase metade, o que levou à redução do número de estruturas a prestar serviço público e do valor médio do seu financiamento.

O atual Governo, que anunciou a cultura, a ciência e a educação como prioridades, parece não se querer distinguir dos procedimentos dos governos anteriores que, além de cortarem verbas, nunca conseguiram garantir qualquer regularidade e previsibilidade no trabalho da DGArtes. A máquina pouco ágil da DGArtes volta assim a desiludir, tal como o Governo que, depois da demissão de um ministro e de três orçamentos de estado em que o investimento em cultura não descola de valores residuais, mostra incapacidade na gestão deste processo.

Depois de um ano de estagnação, começou um ano de recuo. O Governo está há mais de um mês sem atribuir financiamento sustentado às artes, estando apenas em curso projetos pontuais. Cada dia que passa, o Governo deixa de garantir a prestação de serviço público. A projeção da DGArtes, segundo o seu site, é que esta situação se mantenha durante todo o primeiro semestre de 2018.

Tendo em conta a precariedade da maioria das estruturas artísticas que prestam serviço público, que, como já referimos, estão fragilizadas por dez anos de cortes, esta situação põe em causa, decisivamente, a possibilidade de as estruturas manterem uma atividade continuada e prejudica a qualidade atual e futura do trabalho que desenvolvem.

Esta situação deixa assim duas escolhas a quem está à espera dos resultados dos concursos: ou desenvolvem o seu trabalho sem os meios necessários e sem saberem se no futuro vão ser reembolsadas; ou ficam paradas até junho e os planos de atividades até esse mês, que estão agora sob avaliação, não são cumpridos.

Face ao exposto, importa saber o que aconselha o Ministério da Cultura às estruturas artísticas que têm de esperar pelos resultados dos concursos até junho.

Pretendemos igualmente saber como pretende o Ministério da Cultura assegurar a prestação do serviço público neste primeiro semestre de 2018, enquanto não são assinados os contratos com as estruturas que vierem a ser selecionadas no âmbito deste concurso.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com a maior brevidade possível, a audição do Ministro da Cultura, pelo que solicita a V. Ex^a as diligências necessárias para esse efeito.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Jorge Campos